

Rumo a lugar nenhum

César Benjamin

Folha de S. Paulo, 5 de abril de 2008

Dias atrás, mais uma vez, o presidente Lula comparou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) ao Plano de Metas, do governo Kubitschek, e ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do governo Geisel. É um delírio. Esses últimos expressavam um considerável esforço de pensamento sobre a economia brasileira. Propunham-se a realizar mutações, ou alterações de qualidade, separando épocas. O PAC não é nada.

O Plano de Metas produziu um salto impressionante na infra-estrutura e nas indústrias de base, associado à passagem da industrialização a um novo patamar, com a implantação do setor automobilístico, dotado de elevada capacidade de encadeamento. Somou-se a isso a construção de Brasília, chamada “metassíntese”, que refez os eixos de deslocamento no interior do país e, para o bem e para o mal, alterou todo o processo de ocupação do território nacional. O II PND, por sua vez, completou o ciclo de industrialização por substituição de importações, conduzindo-o até os insumos básicos e a indústria de bens de capital, expandindo atividades estratégicas, como a produção de petróleo e a transmissão de grandes blocos de eletricidade, além de, igualmente, abrir setores novos, entre os quais a indústria nuclear.

Muito se pode debater sobre acertos e erros desses planos, bem como sobre os respectivos contextos, mas não lhes faltavam ousadia e implicações de longo prazo. Para ficarmos no Plano de Metas, realizado sob fortes

restrições externas, ele envolveu diretamente cerca de 25% da capacidade produtiva do Brasil. Foram estudados os pontos de germinação e de estrangulamento, a interdependência dos setores e a demanda derivada dos investimentos, definindo-se então metas ambiciosas para cinco áreas prioritárias: energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Os resultados impressionam até hoje. Em cinco anos, a malha de estradas pavimentadas cresceu 100%, produção siderúrgica 82%, a geração de eletricidade 36%, o transporte ferroviário de cargas 32% e assim por diante.

Ao reiterar comparações entre essas experiências e o PAC, até mesmo com vantagem para este último, o presidente Lula mostra que não teme o ridículo. Pois, repito, o PAC não é nada. Ou melhor, é apenas uma catalogação de projetos preexistentes, quase sempre miúdos, concebidos isoladamente, sem visão sistêmica ou capacidade estruturante, sem perspectiva histórica, sem a vocação de produzir mutações.

Os documentos oficiais que apresentam a previsão de investimentos federais e os indicadores macroeconômicos durante a implantação do PAC mostram o tamanho da pequenez. A União deve investir 0,6% do PIB e as estatais, 3,7%. Nem mesmo esses diminutos recursos são novos, pois já estavam previstos no Orçamento ou nos planos das empresas, especialmente a Petrobrás e a Eletrobrás. A gestão macroeconômica hostil ao crescimento se mantém: o superávit primário e a taxa de juros permanecerão elevados, a taxa de câmbio ficará onde os especuladores desejam, garantindo operações muito rentáveis e estupenda remessa de recursos para o exterior. Continuamos crescendo menos que a média do mundo, perdendo posições.

A rotina de governo tornou-se um permanente espetáculo. A execução do Orçamento da União e os investimentos normais das estatais viraram PAC, e o PAC é Lula. Não há mais coisa pública. É um tremendo retrocesso político

e cultural. O presidente não se constrange em cumprir uma agenda de vereador federal, inaugurando, freneticamente, insignificâncias e promessas. Comporta-se como um animador de auditórios. É ágil para discursar, mas seu governo não executa: nos últimos meses, apenas 12% dos recursos anunciados foram efetivamente desembolsados.

As claques aplaudem. O povo gosta. Políticos sôfregos pegam carona. E o Brasil não vai a lugar nenhum. Quem viver, verá.